

**HABEAS CORPUS Nº 548.305 - SP (2019/0355574-7)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**GUILHERME DINIZ BARBOSA - SP308865**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LUIZ IKARO SILVA CARVALHO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ IKARO SILVA CARVALHO, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, que negou provimento à apelação da defesa em acórdão assim relatado (fls. 23-24):

LUIZ IKARO SILVA CARVALHO, qualificado nos autos, foi condenado às penas de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e pagamento de 10 (dez) dias-multa, no valor diário mínimo, por infração ao artigo 157, caput, do Código Penal (fls. 199/205).

Inconformado, apela (fls. 226/229), postulando o abrandamento do regime.

Em suas contrarrazões, o Ministério Público pugnou pelo não provimento do apelo (fls. 252/256), posicionamento também adotado pela d. Procuradoria Geral de Justiça, em seu parecer (fls. 266/274).

Em 08/04/2019 (fls. 235), a Defensoria Pública foi intimada para que se manifestasse acerca de eventual oposição ao julgamento virtual, em cumprimento ao disposto no artigo 1º, da nº 549/2011 do Colendo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal Resolução de Justiça. Contudo, deixou escorrer o prazo in albis.

É o relatório.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 157, *caput*, do CP, à pena de 4 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 dias-multa.

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal de origem negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para fixar o regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso que o legalmente previsto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja fixado o regime aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade.

É o relatório.

DECIDO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que a pretensão de modificação do regime inicial de cumprimento de pena é claramente satisfativa, melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator